



Garibaldi (à dir., na poltrona central) ouve apelo de parlamentares gaúchos em favor da reforma política

Garibaldi quer reforma política com amplo debate

Reforma política imediata, precedida de um profundo debate – esse foi o apelo que 20 dos 55 deputados estaduais gaúchos fizeram ao presidente do Senado, Garibaldi Alves. Em resposta, Garibaldi lembrou que é importante envolver não só a classe política nesse debate, mas trazer também o povo para o centro das discussões. **2**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.919 – Brasília, sexta-feira, 7 de novembro de 2008

Aberto o prazo para emendas ao Orçamento

Após a aprovação do parecer preliminar ao projeto de Orçamento da União para 2009, ocorrida na quarta-feira, foi aberto ontem – estendendo-se até o dia 14 – o prazo para a apresentação de emendas individuais ou coletivas à proposta orçamentária.

Antes de serem apreciadas pelos relatores setoriais, as emendas passam pelo crivo de um comitê de admissibilidade, devendo ser votadas no dia 20.

Até 28 deste mês, os relatórios setoriais de todas as dez áreas temáticas deverão ser entregues à Comissão de Orçamento. O presidente do colegiado, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RR), considerou fundamental a observância dessa data, para que a lei orçamentária seja votada pelo Congresso até 22 de dezembro.

– Essa eu acho que é a nossa data limite. Temos praticamente duas semanas para que os relatores setoriais entreguem seu trabalho sobre todas as emendas apresentadas. Acredito que seja esse o gargalo de nosso trabalho. Por isso, temos que cuidar para que os prazos sejam cumpridos a fim de não termos problemas à frente.

Líder do governo, Romero Jucá, acredita em acordo com servidores e prevê para quarta-feira deliberação sobre duas medidas provisórias que obstruem a pauta da semana

Plenário deve votar aumento para servidor



A votação das medidas provisórias sobre aumento de servidores deve abrir caminho para exame das MPs contra a crise

O Plenário do Senado poderá votar na próxima semana duas medidas provisórias (MPs 440/08 e 441/08) que concedem aumentos salariais a mais de 450 mil servidores, fruto em alguns casos de negociação entre sindicalistas e governo desde o ano passado. Determinadas carreiras receberão aumentos substanciais, a serem pagos gradativamente até 2010, como é o caso dos auditores da Receita Federal e dos fiscais do Trabalho, que passarão a ganhar entre R\$ 13.600 e R\$ 19.451.

As duas medidas provisórias estão obstruindo a pauta do Plenário, pois elas foram assinadas há mais de 45 dias pelo presidente da República. As propostas ainda não foram votadas por causa dos próprios servidores públicos, que vêm negociando com o governo algumas mudanças para beneficiar carreiras que se sentiram prejudicadas. Os partidos de oposição, que em tese reclamam de aumento dos gastos públicos, não se manifestaram contra as duas MPs.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que haverá acordo com os servidores, permitindo a votação das duas matérias na tarde de quarta-feira.

Lobby não pode continuar na sombra, afirma ministro em simpósio no Senado

Jorge Hage considera necessário “trazer atividade para a luz do dia, cadastrar os lobistas e colocar crachá neles”. Governo prepara regulamentação. **4**

Voto de censura à lei europeia de imigração

Para a Comissão de Relações Exteriores, medida não está de acordo com tratados e convenções relativos à proteção dos direitos humanos. **2**

Mais poder para as comissões

Proposta para fortalecer colegiados permanentes é de grupo que estuda mudanças no regimento do Senado. **3**

Novas regras para incentivos fiscais geram polêmica

Decreto presidencial, segundo Jarbas Vasconcelos, instituiu regras inviáveis para projetos nas áreas da Sudam e da Sudene. **4**

Em encontro com deputados estaduais gaúchos, o presidente do Senado disse que o tema, agendado no Congresso, não pode ser tratado apenas pela classe política

Garibaldi quer ouvir a voz do povo na reforma política

UMA REFORMA POLÍTICA imediata, precedida de um profundo debate. Esse foi o apelo que 20 deputados estaduais gaúchos fizeram na manhã de ontem ao presidente do Senado, Garibaldi Alves. Em sua resposta, Garibaldi lembrou que é importante envolver não só a classe política nesse debate, mas trazer também o povo para o centro das discussões.

– Os políticos são apenas o meio, pois representam o povo. É preciso fixar alguns pontos para a reflexão da nação, para que não pareça que a reforma política só interessa à classe política, que já está bastante de-

sacreditada – afirmou o senador ao grupo de parlamentares.

Para o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Alceu Moreira (PMDB), a reforma política é a mais importante das reformas a serem feitas.

– Assuntos como financiamento de campanhas públicas, voto em lista, fim das coligações partidárias e o instituto da suplência no Senado, entre outros, precisam ser discutidos imediatamente. A democracia e a Constituição, depois de 20 anos, precisam amadurecer – ressaltou Alceu Moreira.

Já para o presidente da sec-

cional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio Grande do Sul, Claudio Lamachia, a reforma política é um assunto que interessa a toda a sociedade brasileira.

– Queremos ver a reforma política sair do papel para ser debatida externamente, pois o atual sistema já não nos interessa mais – disse Lamachia ao presidente do Senado.

Para discutir o mesmo assunto, os deputados gaúchos também teriam encontros com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Projeto regulamenta e sistematiza pesca no país

Acompanhados do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), representantes do segmento de pesca estiveram ontem com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, para defender a aprovação do projeto de lei que regulamenta a atividade pesqueira no país e sistematiza a legislação referente a essa atividade.

A proposta (PLC 29/03) deverá ser analisada na próxima quarta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de acordo com Flexa Ribeiro, que é o relator da matéria e apresentou voto favorável a sua aprovação.

O senador lembrou que a



Flexa Ribeiro (4º à direita) acompanha representantes da pesca em reunião com Garibaldi

pesca no Brasil é regida pelo Decreto-Lei 221/67 e que a sistematização da legislação é uma reivindicação antiga tanto dos pescadores artesanais quanto da indústria do setor. Na opinião de Flexa Ribeiro, a pesca é uma

atividade importante para a economia brasileira.

Estiveram no encontro membros do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura (Conape) e representantes dos pescadores do Rio Grande do Norte.

Senado cancela sessão em luto por Mussa Demes

Em atendimento ao artigo 220 do Regimento Interno, o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), levantou a sessão de ontem, em luto pelo falecimento do deputado federal Mussa Demes (DEM-PI), ocorrido na noite da última quarta-feira, vitimado por um câncer no pulmão aos 68 anos. Apresentaram requerimentos de votos de pesar pela morte do deputado o presidente do

Senado, Garibaldi Alves, e os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), Mão Santa (PMDB-PI) e João Vicente Claudino (PTB-PI), além de outros senadores signatários.

Ao encaminhar a votação de seu requerimento, Romeu Tuma afirmou que, quando foi secretário da Receita Federal, tinha em Mussa Demes “um bom consultor”. Arthur Virgílio

destacou que Demes era um grande tributarista e desportista amante do tênis. O líder do PSDB lembrou ainda que uma sobrinha do deputado – Helena Demes do Carmo Ribeiro – é casada com Júlio Verne, irmão do senador.

A Agência Câmara divulgou que Demes foi eleito deputado por seis vezes (entre 1987 e 2007), tendo atuado na Assembleia Nacional Constituinte.



Decisão acolhida pela CRE é motivada por lei sobre prisão de imigrantes ilegais

Comissão aprova envio de voto de censura ao Parlamento Europeu

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer de José Nery (PSOL-PA) favorável a requerimento de Aloizio Mercadante (PT-SP) propondo ao Senado a apresentação de voto de censura ao Parlamento Europeu por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao adotar nova lei que permite a detenção de imigrantes ilegais por até 18 meses.

Na opinião dos senadores, a decisão do Parlamento Europeu contraria os tratados e as convenções internacionais relativos à proteção dos direitos humanos. O requerimento depende ainda de votação no Plenário.

Haiti

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento de José Nery para audiência pública sobre a presença das tropas brasileiras no Haiti. Entre os convidados para o debate, o senador sugere o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, e representantes da embaixada do Haiti no Brasil.

Também serão convidados representantes de entidades que defendem os direitos humanos naquele país, além do escritor argentino Adolfo Pérez Esquivel, detentor do Nobel da Paz.

Foi acatado ainda parecer de Mão Santa (PMDB-PI) sobre requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) para inserção em ata de voto de congratulações pela participação brasileira nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Pequim, e pela realização dos jogos pela República Popular da China. A CRE também acolheu projeto de decreto legislativo ratificando acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados.

Na presidência da reunião, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a aprovação com urgência, pelo Plenário, de proposta de emenda à Constituição (PEC 5/05) de sua autoria que prevê a instituição de circunscrições eleitorais especiais para a eleição, pelo sistema majoritário, de representantes dos brasileiros residentes no exterior. A matéria já tem parecer favorável da Comissão de Justiça.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Ideli Salvatti (PT-SC), Romeu Tuma (PTB-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Proposta foi apresentada por grupo de assessoramento à comissão especial que estuda mudanças no Regimento Interno do Senado

Estudo propõe mais poder para as comissões

O FORTALECIMENTO DO poder decisório das comissões permanentes do Senado é uma das estratégias, para dar maior agilidade ao trabalho da Casa, contidas em estudo apresentado ontem pelo grupo de assessoramento à Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno. E para tornar mais eficiente a produção do Legislativo, estão sendo sugeridas mudanças nas regras sobre o uso da palavra em Plenário, além da adaptação do regimento ao processo legislativo eletrônico.

De acordo com a minuta do projeto de resolução apresentada aos senadores do colegiado, as comissões permanentes pas-

sariam a dar voto final também sobre proposições aprovadas por comissões da Câmara e sobre tratados e acordos internacionais. Pelas regras atuais, as decisões terminativas nas comissões estão restritas a projetos de autoria dos senadores e a projetos de resolução que tratam da suspensão de lei considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O estudo, coordenado pela secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e realizado por especialistas da secretaria e da Consultoria Legislativa da Casa, também propõe mudanças nas normas que regulamentam os discursos em Plenário. Nos pri-

meiros 90 minutos das duas horas que antecedem a ordem do dia, a sugestão é que a palavra seja concedida exclusivamente aos senadores inscritos, para pronunciamentos de até dez minutos. Nos demais 30 minutos, os líderes poderão usar da palavra por até cinco minutos.

Após a ordem do dia, as falas dos senadores inscritos seriam intercaladas com mensagens dos líderes, sendo que cada líder passaria a dispor de dez minutos. Nas sessões não-deliberativas, as falas dos oradores, de 20 minutos cada, seriam intercaladas por intervenções de dez minutos dos líderes. As novas regras, que eliminam a primazia

do líder sobre os demais e valorizam a fala do orador inscrito, visam atender, de acordo com a minuta, a uma demanda dos parlamentares por ampliação das oportunidades de manifestação em Plenário.

“Pela ordem”

Outra sugestão diz respeito ao direito de manifestação de um senador quando citado por outro – o já conhecido artigo 14. Pela proposta, o direito de resposta só será concedido uma única vez durante a sessão, por cinco minutos, apenas para casos em que o parlamentar for “citado de maneira caluniosa, injuriosa ou difamatória”.

O grupo propõe ainda que seja eliminada a palavra “pela ordem”, que vem sendo usada de forma incorreta, “servindo para tudo”. Ficaria mantida a questão de ordem, voltada a questionamentos sobre a observância do regimento.

– O intuito das sugestões é preservar a lista de oradores e dar a palavra a um maior número de senadores – ressaltou Claudia Lyra.

A minuta foi entregue à comissão especial e será analisada pelos senadores que integram o colegiado, presidido pelo senador Marco Maciel (DEM-PE). A comissão volta a discutir o tema em 15 dias.

Maciel defende adoção de novas regras este ano

O senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu a aprovação, ainda este ano, de mudanças nas normas que regem os trabalhos do Senado. O parlamentar foi eleito ontem presidente da Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno, em reunião presidida pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP). O colegiado, que tem como vice-presidente o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), deve propor à Casa um projeto de resolução com as novas regras regimentais, tendo por base estudo realizado por um grupo de assessores.

– Com o estudo, identificamos as partes que devem ser modificadas e agora os membros da comissão vão apresentar sugestões. Em 15 dias, começaremos a análise de cada um dos dispositivos para que possamos concluir a proposta e, quem sabe, submetê-la à deliberação do Plenário ainda este ano, para que na próxima sessão legislativa já tenhamos um novo Regimento Interno – afirmou.

Conforme Marco Maciel, o uso da palavra em Plenário está entre os itens que serão revistos, de forma a assegurar direitos iguais aos 81 parlamentares que integram o Senado. O parlamentar destacou também mudanças nas regras sobre pedido de urgência na tramitação de matérias e nas normas que regulamentam o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.

Para Valadares, a comissão buscará promover uma “alteração substancial” no regimento, atendendo a uma necessidade de modernização percebida por todos os senadores.

– Há muitos dispositivos regimentais que foram superados pela realidade, há outros tantos que precisam ser revistos e alguns que devem ser criados, para formalizar práticas hoje asseguradas apenas por acordos de lideranças. Queremos modernizar o funcionamento da Casa através de seu instrumento maior, depois da Constituição, que é o Regimento Interno – frisou Valadares.



Valadares (E), Maciel, Papaléo e Claudia Lyra examinam as sugestões, entre elas a ampliação das oportunidades de os senadores se manifestarem em Plenário

Senado adotará licença-maternidade de 6 meses

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, editará segunda-feira ato da Mesa regulamentando a licença-maternidade de seis meses para as servidoras da Casa. A prorrogação do benefício de quatro para seis meses, tanto no serviço público como na iniciativa privada, está prevista na Lei 11.770/08, decorrente de projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE).

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 9 de setembro, a lei criou o Programa Empresa Cidadã, destinado a estimular a prorrogação de licença mediante incentivo fiscal a empresas privadas. O artigo 2º dessa lei autoriza a administração pública a instituir programa que garanta ampliação da licença-maternidade para suas servidoras.

Isso quer dizer que a lei não é auto-aplicável. Cada Poder ou órgão tem de baixar norma regulamentando a concessão do benefício para suas servidoras. A edição do ato normativo pelo presidente do Senado foi, ontem, objeto de conversa entre Garibaldi e Patrícia Saboya, que defendeu a imediata entrada em vigor do benefício na Casa.

– Com essa medida, o Senado dá mais uma demonstração de que o tema é relevante, cumprindo a lei da licença-maternidade de seis meses, que foi originada nesta Casa – afirma Patrícia Saboya em seu boletim eletrônico.

De acordo com o boletim, vários órgãos federais já estão instituindo a licença de seis meses, entre os quais o Ministério Público da União, a Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União. O Ministério do Planejamento estaria para baixar norma regulamentando a prorrogação do prazo do benefício para as servidoras do Executivo.

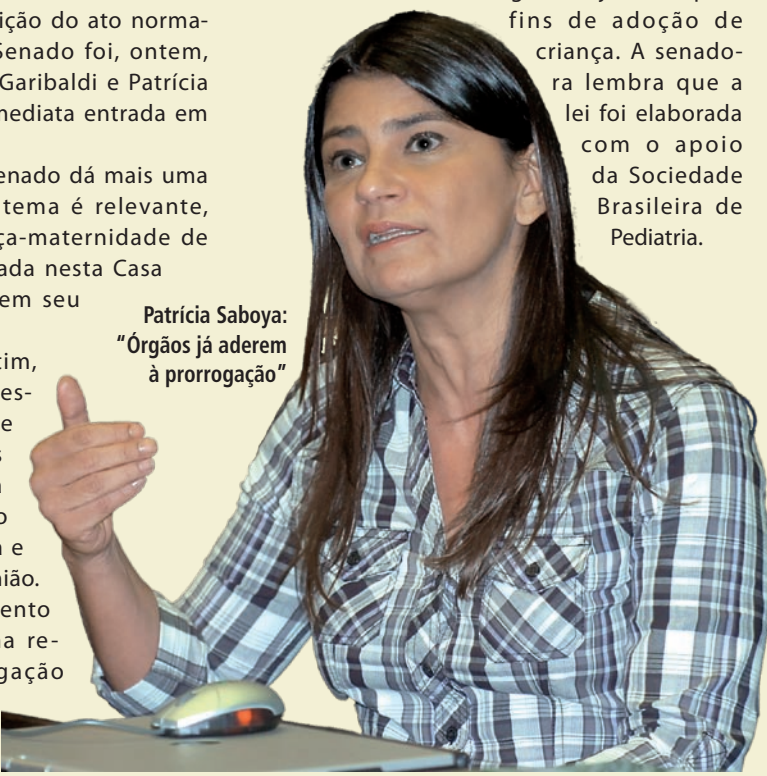
– Atualmente, a licença-maternidade de seis meses é uma realidade para as servidoras públicas de mais de cem municípios e 12 estados – diz o mesmo informe. Várias empresas privadas também já estariam oferecendo os seis meses de afastamento às suas trabalhadoras.

No caso do setor privado, a pessoa jurídica tem de aderir ao Programa Empresa Cidadã. Durante o período de prorrogação da licença-maternidade a empregada terá direito à remuneração integral, nos mesmos moldes do período de pagamento do salário-maternidade a cargo do Regime Geral de Previdência Social. O valor poderá ser abatido do imposto devido pelas empresas tributadas com base no lucro real.

O texto legal prevê ainda a ampliação da licença às empregadas que adotarem ou

obtiverem guarda judicial para fins de adoção de criança. A senadora lembra que a lei foi elaborada com o apoio da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Patrícia Saboya: “Órgãos já aderem à prorrogação”



Mulher pode pedir pensão alimentícia durante a gravidez

Começou a vigorar ontem a lei de iniciativa do Senado Federal que assegura à mulher o direito de receber do pai do seu filho, durante o período de gestação, recursos para cobrir despesas decorrentes da gravidez, como alimentação especial, assistência médica e psicológica, medicamentos, internação e parto, entre outras.

Conforme a nova legislação (Lei 11.804/08), sancionada quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no *Diário Oficial* de ontem, os valores recebidos durante a gestação serão convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão.

O texto, de autoria do então senador Rodolpho Tourinho (da Bahia), determina que os alimentos serão devidos desde a data da citação do réu. Havendo dúvidas quanto à paternidade, será realizado exame pericial e, caso o resultado seja negativo, a autora responderá por danos materiais e morais.

– Ao justificar a proposta, Rodolpho Tourinho argumentou que o objetivo era inserir em lei uma prática que já vinha sendo concedida, via judicial, a muitas mulheres, ou seja, a pensão de alimentos durante a gravidez. Na maioria dos casos, no entanto, as futuras mães só contam, até hoje, com a participação financeira do pai após o nascimento da criança.

Audiência sobre rio São Francisco

A comissão temporária do Senado que avalia as obras de transposição e revitalização das águas do rio São Francisco realizará uma audiência pública, a ser marcada, para ouvir os presidentes dos comitês estaduais de defesa da transposição. O debate foi requerido pelo presidente da comissão, Cícero Lucena (PSDB-PB).

A relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), disse que é necessário "estar em sintonia com os comitês de defesa que acompanham as obras". Ela sugeriu convidar para a audiência os deputados estaduais envolvidos com o tema.

Também foi aprovado outro requerimento de Cícero, para que os membros da comissão façam uma viagem "de reconhecimento e inspeção" aos locais onde estão sendo realizadas obras de transposição e revitalização, em datas a serem definidas. O senador afirma que o objetivo é verificar o andamento das obras e o cumprimento de cronogramas.

Câmara adia votação de projeto de CPI

O Plenário da Câmara deve votar, na próxima semana, proposta que criminaliza a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente (PL 1167/07). A proposta tramita em regime de urgência e seria votada ontem, mas a sessão da Câmara foi encerrada em luto pela morte do deputado Mussa Demes (DEM-PI).

O relator na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), apresentou voto favorável à aprovação do texto elaborado pela CPI da Pedofilia. Se aprovado sem modificações, o projeto irá à sanção presidencial.

Hage diz que governo pretende propor legislação para "tirar da sombra" as ações de grupos organizados para influenciar gestores públicos ou parlamentares a defenderem seus interesses

Ministro da CGU quer a regulamentação do lobby

A REGULAMENTAÇÃO DA atividade de lobby foi defendida pelo ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, em conferência no Senado, ontem. Segundo ele, as ações de grupos organizados para influenciar gestores públicos ou parlamentares na defesa de seus interesses não podem continuar à "sombra". Hage adiantou que o governo pretende, até o fim do próximo ano, apresentar ao Congresso uma proposta de legislação sobre o tema.

A conferência foi uma das atividades do 12º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas. O evento, que termina hoje, é realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e pelo Instituto Brasileiro de Obras Públicas (Ibraop).

Segundo Hage, o lobby é uma realidade em todo o mundo. Sem regras, disse, fica ainda mais difícil acompanhar as ações de interesse, muitas vezes só detectadas por meio das "escutas telefônicas" em situações anormais.

– Precisamos trazer essa atividade para a luz do dia, cadastrar os lobistas e colocar crachá neles.

Para o Executivo ter um ponto de partida para a formulação do seu projeto, a CGU, o Ministério da Justiça e a Casa Civil vão realizar seminário em Brasília, na próxima semana, no qual será



Jorge Hage (E), Luiz Roberto Herbst (TCE-SC) e José Carlos Madaglia Filho (Caixa)

palestrante Marco Maciel (DEM-PE), que já tem projeto para a regulamentação do lobby.

De acordo com Hage, o lobby está entre as questões relacionadas a lacunas normativas situadas em amplo conjunto de barreiras que dificultam o combate à corrupção. Entre os demais obstáculos, ele citou a falta de acesso a dados de sigilo fiscal e bancário de empresas ou pessoas investigadas; e a legislação processual, com multiplicidade de recursos contra as decisões dos juízes, o que dificulta a efetividade das sentenças.

Balanco

No balanço das atividades da CGU, Hage destacou que um dos focos atuais no controle da execução dos programas de governo está voltado para as obras do Programa de Aceleração do Cres-

cimento (PAC), com 419 ações de fiscalização desde seu lançamento. Em relação à aplicação descentralizada de recursos federais, ele informou que, desde 2003, já foram realizadas mais de 46 mil fiscalizações – em 1.401 municípios, por sorteio, envolvendo convênios em valor global de R\$ 9,2 bilhões; e em 69 administrações estaduais, com 1.424 ações, sobre um montante de R\$ 7 bilhões.

Desde 2003, segundo o ministro, os processos administrativos contra servidores e gestores com cargos temporários resultaram em 1.910 penas de expulsão do serviço público. Desde então, o órgão também declarou a inidoneidade de oito empresas, agora impedidas de operar com o governo federal, como a Gautama, investigada na Operação Navalha, e a Planam, na CPI das Ambulâncias.

Comissão analisará decreto sobre benefícios fiscais

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou requerimento para a realização de audiência pública sobre os efeitos do Decreto 6.539/08, que alterou as regras dos incentivos fiscais aplicáveis aos projetos nas áreas das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

Na avaliação de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), autor do requerimento, várias empresas que antes teriam direito a uma redução de 75% do Imposto de Renda, calculado sobre o lucro da exploração, perderam a isenção com base nas novas regras estabelecidas no decreto. Com isso, constatou, empresas que pretenderem investir em setores prioritários do Norte e Nordeste terão que duplicar sua produção para ter direito ao incentivo. Para ele, a nova realidade é inviável, uma vez que não existe demanda e nem mercado suficiente para absorver a produção.

A audiência, em data ainda a ser marcada, será em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-



Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Augusto Botelho e Gilberto Goellner em reunião da CDR

estrutura (CI). Foram convidados o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; o superintendente da Sudene, Paulo Sérgio de Noronha Fontana; o presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), Jorge Corte Real; e a secretária da Receita Federal, Lina Vieira.

Centro-Oeste

Na mesma reunião, os membros da CDR aprovaram requerimento de Gilberto Goellner (DEM-MT) propondo audiência pública para debater a criação do Banco de De-

envolvimento do Centro-Oeste.

Ficou para a próxima semana a votação, em decisão terminativa, do substitutivo de Expedito Júnior (PR-RO) ao PLS 114/04, de Serys Shessarenko (PT-MT), que obriga companhias aéreas que praticarem overbooking (venda de bilhetes superior à capacidade de assentos), cancelarem vôo ou o atrasarem por mais de duas horas – a não ser em circunstâncias inevitáveis, como problemas meteorológicos – a pagar indenização ao passageiro, além de garantir sua viagem ou o reembolso da passagem.

CMA vai discutir tratamento dos resíduos sólidos

A Subcomissão sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos, ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA), realizará audiência para discutir a reciclagem de lixo. O debate deve ter como convidados o ministro das Cidades, Márcio Fortes, e o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Forte.

O requerimento é de Cícero Lucena (PSDB-PB), presidente da subcomissão, Augusto Botelho (PT-RR) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). A audiência deve ocorrer na próxima semana. Cícero explicou que a reunião tem por objetivo conhecer as novas medidas que estão sendo tomadas para tornar mais eficaz a reciclagem do lixo, de forma a gerar mais empregos e melhorar os cuidados com a saúde da população.

O presidente da subcomissão registrou que há, no Brasil, cerca de 500 mil catadores de papel e alumínio. Relatou que, como prefeito de João Pessoa – função que exerceu em dois mandatos, a partir de janeiro de 1997 –, conseguiu recuperar dezenas de famílias que viviam no lixo da cidade, transformando essas pessoas em agentes de limpeza, organizadas em cooperativas de reciclagem.

Cícero destacou ainda que já surgiu no mundo uma tecnologia para reciclar PET e, diante do enorme consumo de embalagens desse tipo no Brasil, acredita que poderia haver a reedição da atividade de reciclagem ocorrida em relação às latinhas de alumínio "que teve grande sucesso no país inteiro".

Saúde pública

Para Inácio Arruda, com o surgimento de novos empreendimentos de reciclagem, obtêm-se significativos ganhos na saúde pública, tanto em relação ao bem-estar da população quanto à diminuição de gastos em hospitais.

Já segundo Augusto, estão surgindo novas tecnologias de reciclagem para aproveitar outros materiais e também gerar lucro. Em sua opinião, o governo poderia liberar verbas para que as universidades se dedicassem a pesquisas sobre a reciclagem de vários tipos de plástico, o que, avaliou, teria enorme repercussão na defesa do meio ambiente, além de multiplicar os empregos nas atividades de coleta e reciclagem.

Ele lembrou que a coleta inteligente do lixo colabora para a melhoria das condições de saúde da população, especialmente das crianças, mais vulneráveis a infecções causadas por moscas e outros insetos que se aglomeram onde há lixo.



João Tenório: bioenergia ainda enfrenta enormes desafios

João Tenório coordenará debate internacional sobre biocombustíveis

Presidente da Subcomissão Permanente de Biocombustíveis do Senado, João Tenório (PSDB-AL) vai coordenar, no dia 19, em São Paulo, a mesa-redonda "Os Parâmetros e os Biocombustíveis", destinada a discutir a legislação que regula esse setor

no Brasil e no resto do mundo.

O encontro vai reunir representantes de quatro continentes e integra a Conferência Internacional de Biocombustíveis, organizada pelo governo federal. A iniciativa da mesa-redonda partiu do Senado e objetiva

identificar os pontos de conflito e de aproximação entre as diversas legislações sobre biocombustíveis já aprovadas no mundo. O passo seguinte é traçar propostas em comum para fomentar a produção de bioenergia e dinamizar o mercado internacional.

De acordo com o senador, a produção e a distribuição da bioenergia ainda enfrentam enormes desafios, como desinformação, ausência de padronização, baixos incentivos governamentais e excesso de barreiras comerciais.